



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LOGÍSTICA - DILOG  
DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE – DEATC

**PROCESSO:** 23443.018810/2020-61

**PREGÃO ELETRÔNICO:** 01/2022

**OBJETO:** Prestação de serviços de limpeza e conservação a Reitoria/IFAM (UG: 158142)

**EMPRESA:** GM Conservação e Limpeza Eireli (CNPJ: 17.764.351/0001-71)

**ASSUNTO:** 2ª análise da proposta

Manaus, 31 de agosto de 2022.

**NOTA TÉCNICA 37.2022 – DEATC/DILOG/PROPLAD/REITORIA/IFAM**

**1. DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1. O presente processo 23443.018810/2020-61 tratará da seleção de fornecedores especializados na prestação de serviços de limpeza e conservação para a Reitoria e demais campus do IFAM.

1.2. Anteriormente, a GM Conservação e Limpeza Eireli (CNPJ: 17.764.351/0001-71), 4ª colocada no pregão 01/2022, encaminhou suas propostas, do item 01 (REITORIA), a fim de que o Órgão verificasse a exequibilidade dos valores ofertados.

1.3. O Departamento de Apoio Técnico e Conformidade (DEATC/IFAM) redigiu a nota técnica 36.2022, datada de 29/08/2022, cujo documento apontou algumas inconsistências que precisavam ser esclarecidas pela licitante.

1.4. Agora, a empresa devolveu sua proposta atualizada para uma 2ª análise por parte deste Departamento.

1.5. Toda a proposta foi apresentada em planilha modelo a ser preenchida conforme item 8.2 do edital que rege este pregão

**Edital – pregão 01/2022**

8.2 Deve ser utilizada obrigatoriamente para análise da exequibilidade da proposta a Planilha de Custos e Formação de Preços modelo, a ser preenchida

pelo licitante em relação à sua proposta final, cuja não utilização, implicará a desclassificação do licitante, disponível no link:

<https://drive.google.com/file/d/1qwlInFJhkFLBhFCpAlfGyXsp5DIO8oW1b/view?usp=sharing>

1.6. Prosseguiremos, a seguir, para mais uma análise.

## 2. DA ANÁLISE

2.1. Com a planilha em mãos, faremos as seguintes observações nos itens que foram motivos de dúvidas apontadas na nota técnica 36.2022.

### 2.2. MÓDULO 5 (INSUMOS)

2.3. A empresa GM Conservação reformulou os preços de todos os seus insumos, tornando-os mais próximos daqueles praticados em mercado. Anteriormente, muitos itens do grupo “Materiais”, “Equipamentos” e “Utensílios” ou estavam muito subdimensionados ou estavam superdimensionados.

2.4. A exceção fica ao cargo dos itens “Uniformes”, que continuou apresentando valores abaixo daquele praticado em mercado

**Tabela 1 - Fardamento**

ITEM	FARDAMENTO	VALOR (R\$)
1	Calça comprida com elástico e cordão, em gabardine, c/ bolsos frontais.	R\$ 23,00
2	Calçado feminino/masculino de segurança de couro, com biqueira de polipropileno, elástico nas laterais, palmilha antibacteriana.	R\$ 45,00
3	Camiseta malha fria manga longa, com gola esporte, em gabardine, com emblema da empresa pintado ou bordado.	R\$ 20,00
4	Chapéu tipo pescador com protetor de pescoço	R\$ 12,00
5	Crachá de identificação com Foto	R\$ 6,00
6	Meia em algodão, tipo soquete.	R\$ 6,00
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 112,00</b>

Fonte: GM CONSERVAÇÃO E LIMPEZA EIRELI (CNPJ: 17.764.351/0001-71)

2.5. Assim sendo, poderemos verificar que há uma exequibilidade nos preços que foram ofertados nesta 2ª análise

2.6. Relembremos novamente que os insumos só poderão sofrer reajuste com base em índices setoriais conforme aponta o art. 2º do Decreto Federal 1.504, de Fevereiro de 1994.

**Decreto federal nº 1.504, de 7 de fevereiro de 1994**

(...)

Art. 2º

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

§ 1ª – O reajuste deverá se basear-se em índices que reflitam a variação efetiva do custo de produção ou preço dos insumos utilizados, admitida a adoção de índices setoriais ou específicos regionais, ou na falta destes, índices gerais de preços.

## 2.7. MÓDULO 6 – CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS

a) **Tributos:** Como apontado na nota técnica 36.2022, a empresa GM Conservação é optante do regime simplificado de tributação desde **15/03/2013**. Sendo a sua forma de recolhimento de seus tributos diferenciada de outros regimes de tributação, que se baseia pelo faturamento auferido nos últimos 12 (doze) meses, conforme aponta o art. 18º da Lei Complementar 123/2006

Artº 18 – O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado **mediante aplicação das alíquotas efetivas**, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º.

§ 1º Para efeito de determinação da alíquota nominal, o sujeito passivo **utilizará a receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração**.

§ 1º A - A alíquota é o resultado de: 
$$\frac{\text{RBT12} \times \text{Aliq.} - \text{PD}}{\text{RBT12}}$$
, em que:

I – RBT12: Receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao período de apuração;

II – Aliq.: Alíquota nominal constante dos Anexos I a V desta Lei Complementar;

III – PD: Parcela a deduzir constante dos anexos I a V desta Lei Complementar.

§ 1º B – **Os percentuais efetivos de cada tributo serão calculados a partir da alíquota efetiva, multiplicada pelo percentual de repartição constante nos anexos I a V desta Lei Complementar**, observando-se que:

I – O percentual efetivo máximo destinado ao ISS será de 5% (cinco por cento), transferindo-se eventual diferença, de forma proporcional, aos tributos federais da mesma faixa de receita bruta anual;

II – Eventual diferença centesimal entre o total de percentuais e a alíquota efetiva será transferida para o tributo com maior percentual de repartição na respectiva faixa de receita bruta.

Desta maneira, solicitamos que a empresa encaminhasse o seu faturamento dos últimos 12 (doze) meses **a contar de JUL/2022 até JUL/2021** a fim de identificar se os percentuais descritos na 1ª análise, que foram de 0,17%, 0,80% e 2,00% respectivamente para PIS, COFINS e ISS eram realmente verídicos. O documento encaminhado foi a PGDAS (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional) que demonstrou um faturamento de **R\$ 86.157,63 (Oitenta mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos)**.

Faremos os cálculos a seguir para comprovar se os percentuais permanecem inalterados

$$\frac{(\text{RBT12} \times \text{Aliq.}) - \text{PD}}{\text{RBT12}}$$

RBT12 = R\$ 86.157,63

Aliq. = 4,5 % (1ª faixa de tributação, de acordo com o Anexo IV da LC 123/2006)

PD = R\$ 0,00

$$\frac{(86.157,63 \times 4,5\%) - 0,00}{86.157,63}$$

O percentual encontrado é de 4,5% que é ainda nossa alíquota efetiva. Para se encontrar os percentuais efetivos de cada tributo, devemos multiplicar a alíquota efetiva (4,5%) encontrada em relação ao percentual de repartição, conforme aponta 1ª faixa da tabela do anexo IV

Tabela 2 - Percentual de repartição dos tributos do Anexo IV

Faixas	Percentual de Repartição dos Tributos				
	IRPJ	CSLL	Cofins	PIS/Pasep	ISS (*)
1ª Faixa	18,80%	15,20%	17,67%	3,83%	44,50%

Fonte: Lei Complementar 123/2006

Assim, finalmente encontraremos os percentuais de PIS, COFINS e ISS logo abaixo

	Alíquota efetiva (A)	Percentual de Repartição (B)	Percentual efetivo (C = A x B)
<b>PIS</b>	4,5%	3,83%	≅ 0,17%
<b>COFINS</b>	4,5%	17,67%	≅ 0,79%
<b>ISS</b>	4,5%	44,50%	≅ 2,00%

Como podemos verificar, a tributação está condizente com a faixa de faturamento e com os percentuais informados em planilha modelo.

Categoria Profissional	Agente de Limpeza	Categoria Profissional	Líder de serviços
PIS	0,17%	PIS	0,17%
COFINS	0,80%	COFINS	0,80%
ISS	2,00%	ISS	2,00%

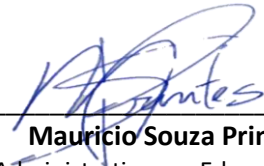
### 3. CONCLUSÃO

3.1. Após análise dos valores apresentados em planilha modelo da empresa participante, somos favoráveis pela **APROVAÇÃO PARCIAL** de sua proposta estando apta a prosseguir para as próximas etapas deste pregão 01.2022.

DEPARTAMENTO DE APOIO TÉCNICO E CONFORMIDADE

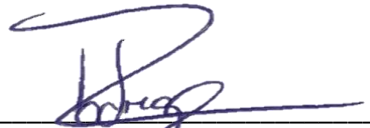
- 3.2. Que esta nota técnica retorne ao setor de licitações responsável, a fim de que o mesmo continue a conduzir este processo de seleção com as demais exigências previstas em edital.
- 3.3. Pedimos ao pregoeiro que faça diligências junto a empresa GM Conservação, **pois o faturamento de sua PGDAS está bem menor que a DRE referente ao exercício de 2021 encontrada no portal SICAF.**
- 3.4. Que a empresa informe através de documentação, **os contratos que mantêm com a Administração Pública e com iniciativa privada, informando o valor global, objeto do serviço, vigência da execução com início/término e endereço completo do órgão/empresa as quais mantem contratos vigentes**, conforme anexo VII – E da IN SEGES 05/2017.
- 3.5. Reforçamos que demais equívocos nos quantitativos decorrentes no dimensionamento de sua proposta, deverão ser complementados caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para atendimento ao objeto da licitação (art. 63º da IN SEGES 05/2017).
- 3.6. Devolvemos este processo ao setor responsável para que cumpra com os demais trâmites inerentes de praxe.

Respeitosamente,



**Maurício Souza Printes**  
Técnico Administrativo em Educação – Contador  
SIAPE 3160835

De Acordo:



**Rodrigo Rodrigues Nogueira**  
Departamento de Apoio Técnico e Conformidade - DEAT  
Portaria nº 1522 – GR/IFAM, de 26/11/2021

Aprovado por:



**Eliane Cardoso da Silva**  
Diretoria de Logística – DILOG/PROPLAD/REITORIA  
Portaria nº 210 – GR/IFAM, de 10/02/2022